

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



06
2023

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Queiroz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

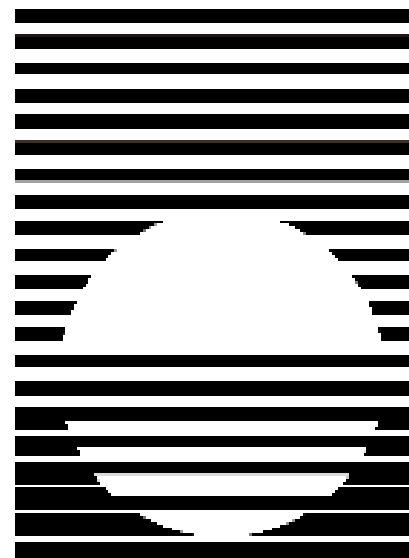
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil participa de cúpula econômico-climática em Paris
Brasil e Europa intensificam encontros entre altas autoridades

Página 05

Argentina e Brasil criam programa de ação conjunta para parceria estratégica
Brasil e Colômbia retomam fóssil e artefatos apossados pela Europa
Evo Morales apoia protestos na Argentina e é acusado de enviar infiltrados

Página 06

Bolívia firma acordos para exploração de lítio com China e Rússia
Chile assina acordos com a União Europeia para produção de hidrogênio renovável no país

Página 07

Dina Boluarte se apresenta ao Ministério Público para responder sobre as mortes ocorridas em protestos desde dezembro
Equador define chapas presidenciais para as eleições de 2023

Página 08

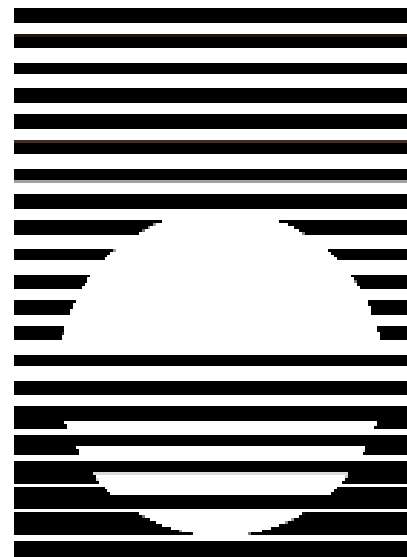
Quatorze candidatos se registram para as primárias da oposição na Venezuela
Presidente da Venezuela reforça cooperação com países asiáticos

Página 09

Índia assume nova política externa e reforça parceria com EUA
China aprova legislação que consolida regramento sobre relações exteriores

Página 10

África do Sul lidera 'missão de paz' com objetivo de pôr fim ao conflito entre Rússia e Ucrânia
Putin cede a mercenários e mundo enxerga sinal de fragilidade com precaução



Brasil participa de cúpula econômico-climática em Paris

A França sediou, nos dias 22 e 23 de junho, uma cúpula internacional para acelerar as negociações em diferentes agendas, como desenvolvimento, dívida pública e clima, com foco central em países do Sul Global e ajuda a países vulneráveis. A Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global foi uma iniciativa da primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, e do presidente da França, Emmanuel Macron. Foi convocada com o objetivo de reorientar as instituições financeiras globais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, e estimular o setor privado a ajudar na transição energética e no alívio à crescente dívida das nações mais pobres. O encontro teve a crise climática como pano de fundo e pautou a urgência de colocar em prática recursos bilionários para os países serem capazes de enfrentar o desafio da transição ecológica. Na cúpula, que reuniu mais de 100 lideranças de Estado e governo, o Brasil foi representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que enfatizou, em seu discurso inicial, a importância de se adotar medidas de combate às mudanças climáticas sem deixar de levar em consideração as ações contra a pobreza, que acentuam as desigualdades. Ainda no dia 22, o presidente brasileiro discursou no show Power Our Planet e mencionou que os países ricos possuem uma dívida histórica com os países pobres e devem financiar a preservação de florestas, como a Amazônia. Ovationado pelo público, Lula também convidou todos os presentes a viajar ao Brasil em 2025, quando Belém (PA) receberá a COP-30, conferência das Nações Unidas sobre o clima. Finalmente, no segundo dia, o líder brasileiro participou de um Diálogo de Alto Nível da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global e se reuniu com diferentes lideranças, incluindo o Presidente de honra do partido France Insoumise na Assembleia Nacional da República Francesa, Jean-Luc Mélenchon, a Prefeita de Paris, Anne Hidalgo, o Presidente da República do Congo, Denis Sassou-Nguesso, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, e o presidente da França, Emmanuel Macron.

Fontes: [Nexo Jornal](#), 02/07/2023; [UOL](#), 02/07/2023; [Agência Brasil](#), 02/07/2023; [G1](#), 02/07/2023.

Brasil e Europa intensificam encontros entre altas autoridades

O mês de junho foi marcado por visitas de alto nível entre Brasil e Europa. Em 1º de junho, Lula recebeu o presidente da Finlândia, Sauli Niinistö, em Brasília, onde ambos assinaram um acordo sobre serviços aéreos, trataram de investimentos e conversaram sobre mudanças climáticas e guerra na Ucrânia. Neste último tema, Lula defendeu a necessidade de uma solução pacífica perante Niinistö, que atualmente conduz a integração de seu país à OTAN. Na semana seguinte, em 12 de junho, Lula recebeu a visita da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que destacou que a União Europeia e o Brasil devem unir forças contra as mudanças climáticas e anunciou o aporte de 20 milhões de euros no Fundo Amazônia. Por sua vez, Lula expôs contrariedades com o protocolo sobre meio ambiente apresentado pelos europeus ao acordo entre Mercosul e União Europeia, que prevê punições caso o Brasil não cumpra compromissos voluntários para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Alguns dias depois, Lula fez viagens a países europeus. No dia 21, encontrou-se com o Papa Francisco, no Vaticano, para discutir os esforços de ambos em mediar a paz na Ucrânia, enfrentar a desigualdade social e preservar a Amazônia. No mesmo dia, Lula também teve encontros com Giorgia Meloni, primeira-ministra de extrema-direita da Itália, Sergio Mattarella, presidente italiano, e Roberto Gualtieri, prefeito de Roma, com quem conversou sobre o combate às mudanças climáticas e o acordo entre Mercosul e União Europeia. Em entrevista à imprensa, Celso Amorim, assessor da Presidência da República, destacou que o protecionismo agrícola europeu e as regras para participação de empresas em licitações públicas também são pontos de impasse na negociação do acordo. Em 23 de junho, Lula teve um almoço de trabalho com Emmanuel Macron, presidente da França, ao qual reiterou críticas ao acordo Mercosul-União Europeia. Também foram discutidas a revisão do contrato de construção colaborativa de submarinos com propulsão nuclear, a proteção da Amazônia e a cooperação em segurança na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa. Lula se encontrou, ainda, com a prefeita de Paris, Anne Hidalgo. Finalmente, cabe registrar a vinda, ao Brasil, da Ministra de Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, e do

Ministro-Chefe do mesmo país, Wolfgang Schmidt, que tiveram reuniões com a Secretária-Geral do Itamaraty, Maria Laura da Rocha, nos dias 5 e 30 de junho, respectivamente, a fim de revitalizar a parceria bilateral.

Fontes: [Exame](#), 01/06/2023; [UOL](#), 12/06/2023; [CNN Brasil](#), 12/06/2023; [Folha de S. Paulo](#), 21/06/2023; [GOV.BR](#), 21/06/2023; [Carta Capital](#), 21/06/2023; [UOL](#), 22/06/2023; [Correio do Povo](#), 23/06/2023.

Argentina e Brasil criam programa de ação conjunta para parceria estratégica

No dia 26 de junho, o presidente argentino Alberto Fernández viajou ao Brasil pela quinta vez desde o início deste ano. Desta vez, o convite foi feito pelo presidente Lula nos marcos da celebração dos 200 anos de relações diplomáticas entre os dois países. A Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência e estabelecer relações com o Brasil, em 25 de junho de 1823. Ao fim do encontro entre Fernández e Lula, foi divulgado um documento intitulado “Programa de Ação para o Relançamento da Parceria Estratégica”, contendo 100 ações em diversas áreas de cooperação, como infraestrutura, transporte, financiamento de exportações para o mercado argentino, defesa, energia, mineração, direitos humanos e saúde. Entre elas, está a proposta de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição estatal brasileira, financiar a exportação de produtos para a construção do Gasoduto Presidente Néstor Kirchner, que conectaria as reservas de gás xisto da região de Vaca Muerta, na Argentina, até o Rio Grande do Sul. Em seu discurso, o presidente Lula reforçou também a necessidade de adotar-se uma moeda específica para o comércio regional para reduzir a dependência de moedas estrangeiras e os custos operacionais, proposta que já havia defendido em outras ocasiões. O presidente argentino foi, ainda, condecorado com o Grande-Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, dado a personalidades estrangeiras concebidas como dignas do reconhecimento nacional. A Argentina é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil. No ano passado, as importações de produtos argentinos chegaram a US\$ 13 bilhões e as exportações brasileiras para o vizinho alcançaram US\$ 15,3 bilhões.

Fontes: [Agência Brasil](#), 26/06/2023; [Buenos Aires Times](#), 27/06/2023; [Escenario Mundial](#), 27/06/2023; [Página 12](#), 27/06/2023.

Brasil e Colômbia retomam fósil e artefatos apossados pela Europa

No mês de junho, os governos do Brasil e da Colômbia conseguiram retomar aos seus países artefatos de povos tradicionais e um fóssil de dinossauro que estavam sob posse de museus da Alemanha e da Dinamarca. No dia 04 de junho, acompanhado por uma delegação alemã que contava com a ministra das Relações Exteriores do país, Annalena Baerbock, chegou ao Brasil o fóssil do dinossauro *Ubirajara jubatus*, que havia sido traficada para a Alemanha em 1995. As negociações para a retomada se deram após a mobilização de pesquisadores brasileiros e envolveram o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Embaixada da Alemanha em Brasília e do Instituto Guimarães Rosa, braço cultural do Itamaraty. O fóssil será preservado no Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri, que fica na mesma região onde ele foi encontrado. No final do mês, foi anunciada por um museu dinamarquês a devolução ao Brasil de um raríssimo manto tupinambá que estava em Copenhague a pelo menos três séculos. O manto será transferido para o Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e as negociações contaram com a participação do embaixador brasileiro na Dinamarca e da comunidade tupinambá da Serra do Padeiro. No caso da Colômbia, em uma cerimônia realizada no dia 16 de junho, o presidente alemão Frank-Walter Steinmeier restituiu ao presidente colombiano, Gustavo Petro, duas máscaras com profundo significado para o povo Kogui. As peças foram adquiridas pelo Museu Nacional de Berlim em 1915 e as negociações para a repatriação envolveram a embaixadora da Colômbia na Alemanha e o chanceler colombiano. Em conjunto, as restituições reforçam uma temática que vem ganhando tração na diplomacia global: a recuperação do patrimônio científico-cultural.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 04/06/2023; [Semana](#), 16/06/2023; [G1](#), 28/06/2023.

Evo Morales apoia protestos na Argentina e é acusado de enviar infiltrados

No dia 22 de junho, o ex-presidente da Bolívia, Evo Morales, se pronunciou através das redes sociais para apoiar os protestos e condenar as violências

ocorridas contra protestantes na província argentina de Jujuy, que faz fronteira com a Bolívia. A fala teve grande destaque na mídia argentina e boliviana, com acusações de ingerência do ex-presidente em assuntos internos da Argentina. No comunicado, Morales pediu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a outros órgãos que investiguem as prisões e casos de violência ocorridos durante os últimos dias, além de lembrar que autoridades de Jujuy “apoiaram o golpe de Estado boliviano”. Os protestos se iniciaram no início do mês, após a Câmara de Jujuy aprovar uma proposta de reforma da Constituição local, que, segundo os manifestantes, restringe as manifestações populares e o direito de povos indígenas. Com uma das maiores populações indígenas da Argentina, Jujuy faz parte do chamado Triângulo do Lítio e é atualmente governada por Geraldo Morales, do partido opositor ao governo de Alberto Fernández. Geraldo Morales denunciou a presença de “infiltrados bolivianos” nas manifestações e culpou o Movimento ao Socialismo (MAS) pelo envio. Nas palavras do ex-senador da Argentina, Miguel Ángel Pichetto, e da ex-presidente boliviana Jeañine Añez, os “infiltrados” responderiam diretamente a Evo Morales. Membros do governo Fernández, por outro lado, defenderam-se das acusações de Evo. O embaixador argentino na Bolívia, Ariel Basteiro, afirmou que se vive um estado policialesco em Jujuy e acusou o ex-embaixador Normando Álvarez e o atual governador de contrabandear armas e enviar militares para apoiar a derrubada do governo boliviano durante a crise de 2019. Esta é a segunda vez em que o ex-presidente boliviano faz declarações sobre protestos ocorridos em outros países. Em janeiro de 2023, Evo Morales declarou seu apoio aos protestos contra a posse da presidente do Peru, Dina Boluarte, e teve sua entrada no país proibida.

Fontes: [El Deber](#), 05/01/2023; [El Deber](#), 22/06/2023; [Página Siete](#), 22/06/2023; [Página Siete](#), 22/06/2023; [Infobae](#), 23/06/2023; [Página Siete](#), 23/06/2023; [Prensa Latina](#), 29/06/2023.

Bolívia firma acordos para exploração de lítio com China e Rússia

No dia 29 de junho, a Bolívia, através da Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB), firmou um convênio que garante direitos às empresas da China (Citic

Guoan) e da Rússia (Uranium One Group) na exploração do lítio nas reservas de Uyuni e Pastos Grandes. O lítio passou a ser um metal importante para o mundo à medida que medidas alternativas de energia limpa ganharam notoriedade no debate político internacional, pois o material é essencial na confecção de baterias recarregáveis e para veículos com sistema de armazenamento de energia renovável. Em janeiro, a Bolívia já havia acordado a exploração na região de Salar de Uyuni com uma empresa chinesa, a Contemporary Amperex Technology (CATL). No total, Rússia e China investirão US\$1,4 bilhões para a construção de duas fábricas com o intuito de acelerar a produção e a exportação de 50 mil toneladas de lítio até o ano de 2025. O presidente boliviano, Luis Arce, declarou que o objetivo desses acordos é diminuir o risco para o país, optando por duas tecnologias adicionais de extração direta de lítio. Em suas palavras, “entre junho e janeiro somamos US\$2,8 bilhões para a industrialização do lítio. O mundo avança a passos largos por essa demanda, e a Bolívia não pode ficar para trás”. O projeto de Arce visa transformar a Bolívia em um dos fornecedores mundiais do mineral, além de construir uma economia de base mais diversificada para que não dependa somente do hidrocarboneto, tendo outras fontes de recursos, como o lítio. Para a imprensa russa, este acordo repercutiu como sendo o primeiro acordo ultramarino em grande escala na esfera de produção do lítio e que reforça novos cenários de cooperação entre a Rússia e a Bolívia.

Fontes: [ERBOL](#), 29/06/2023; [CNN Brasil](#), 29/06/2023; [TASS](#), 29/06/2023; [ET](#), 30/06/2023.

Chile assina acordos com a União Europeia para produção de hidrogênio renovável no país

No dia 14 de junho, o presidente chileno Gabriel Boric e a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, se reuniram no Chile com o fim de discutir medidas de cooperação. Como principal resultado, os países estabeleceram duas iniciativas que visam ampliar o desenvolvimento da indústria de hidrogênio verde no Chile. O acordo “Team Europe para o Desenvolvimento do Hidrogênio Renovável no Chile” prevê um programa de assistência técnica que visa a fortalecer as condições para o estabelecimento de uma economia de hidrogênio verde no país, com o orçamento inicial de 8 milhões

de euros sendo financiado pela União Europeia e pelo governo federal da Alemanha. Já o “Fundo para o Hidrogênio Renovável no Chile” tem como objetivo financiar projetos de produção do hidrogênio verde com o orçamento inicial de 225 milhões de euros, desembolsados, principalmente, pelo Banco Europeu de Investimento e pelo Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW). As iniciativas acordadas na ocasião são oriundas das estratégias de transição energética das duas partes, que partilham do objetivo de serem neutras em carbono até 2050. Os projetos ajudam a desenvolver uma indústria que permite “avançar mais rapidamente para uma matriz energética verde”, segundo Boric. A Comissão Europeia também vê nas iniciativas uma oportunidade de diversificar suas fontes de energia e reduzir a dependência energética em relação à Rússia. Fazendo referência aos 8 meses de corte de fornecimento de gás natural feito pela Rússia em 2022, Von der Leyen aponta que o principal interesse da União Europeia em seu projeto de cooperação com o Chile é criar laços com um parceiro para o fornecimento de matérias-primas para a sua transição verde em que a União Europeia possa confiar.

Fontes: [European Commission](#), 14/06/2023; [La Nación](#), 14/06/2023; [La Tercera](#), 14/06/2023; [Gobierno de Chile](#), 15/06/2023.

Dina Boluarte se apresenta ao Ministério Público para responder sobre as mortes ocorridas em protestos desde dezembro

No dia 6 de junho, Dina Boluarte apresentou-se ao Ministério Público do Peru para responder sobre as mortes ocorridas em protestos no país desde o final do ano passado. Boluarte assumiu a presidência após a destituição de Pedro Castillo, em dezembro de 2022, devido a uma tentativa fracassada de dissolução do Parlamento nacional. O contexto gerou uma crise política desde então, que vem se manifestando nas ruas do país em protestos que demandam a saída de Boluarte da Presidência, o fechamento do Parlamento e o adiamento de novas eleições. Nesses protestos, mais de 60 mortes ocorreram pelo uso indevido da força por parte das Forças Armadas e da Polícia Nacional, enviadas por Boluarte. Durante a audiência, a presidente peruana, que havia afirmado que não usaria de seu direito de silêncio, não deu respostas concretas, não reconheceu

sua responsabilidade pelas mortes e evitou responder às perguntas realizadas pelos advogados das vítimas. Enquanto a audiência acontecia, manifestantes cercaram o prédio em protesto, pedindo justiça pelas vítimas. Paralelamente, o Primeiro-Ministro do Peru, Alberto Otárola, viajou para a Espanha e para a França entre os dias 5 e 8 de junho. No dia 7, quando completavam 6 meses que Pedro Castillo tentou fechar o Parlamento, Otárola, em sua viagem à Paris, afirmou que a crise política acabou e que não existem protestos acontecendo no país, o qual agora estaria sendo governado em paz. Da parte da sociedade civil, em 28 de junho, aconteceu uma mobilização no centro de Lima, onde foi marcada uma retomada mais forte de protestos para 19 de julho. A marcha, denominada “Tercera Toma de Lima”, prevê a exigência de justiça às vítimas e as mesmas demandas supracitadas. Entretanto, Boluarte se pronunciou, em 15 de junho, afirmando que novas eleições acontecerão apenas em 2026, quando Castillo terminaria seu mandato.

Fontes: [La República](#), 03/06/2023; [El Comercio](#), 03/06/2023; [La República](#), 06/06/2023; [France 24](#), 09/06/2023; [El Comercio](#), 15/06/2023; [La República](#), 19/06/2023.

Equador define chapas presidenciais para as eleições de 2023

No início do mês de junho, foram apresentadas as alianças e chapas presidenciais que concorrerão nas eleições equatorianas, que incluem eleições para os Legislativos nacional e das províncias, além de dois referendos. A realização do primeiro turno será em 20 de agosto. Em 13 de junho, foram ratificadas pelo Conselho Nacional Eleitoral oito chapas presidenciais lideradas pelos seguintes candidatos: Luisa González (Revolución Ciudadana), Otto Sonnenholzner (Avanza e SUMA), Yaku Pérez (Unidad Popular, Socialista e Democracia Sí), Jan Topic (Social Cristiano, Sociedad Patriótica e Centro Democrático), Fernando Villavicencio (Movimento Construye), Xavier Hervas (Renovación Total), Daniel Noboa (MOVER e Pueblo, Igualdad y Democracia) e Bolívar Armijos (AMIGO). Uma particularidade que se observa é que, com a exceção de Luisa González, todos os candidatos à presidência não estão filiados aos partidos políticos que apoiam as suas respectivas candidaturas. Segundo a pesquisa do grupo Comunicaliza, a candidata de centro-esquerda Luisa

González, apoiada pelo ex-presidente Rafael Correa, figura em primeiro lugar com 25,9% das intenções de voto, seguida pelo ex vice-presidente de centro-direita Otto Sonnenholzer, com 11,2%, tecnicamente empatado com o líder indígena e ambientalista Yaku Pérez, com 10,3% dos votos. Em outra pesquisa, do Estrategas, a ordem dos candidatos se preserva, com a primeira colocada com cerca de 28% dos votos, seguida por Sonnenholzner (9,9%) e Pérez (8,4%). O Movimento CREO, do presidente Guillermo Lasso, não apresentou apoio a nenhuma candidatura, e Lasso enfrenta um esvaziamento do seu gabinete ministerial com a saída de 13 dos 20 ministros, que pediram demissão para concorrer às eleições legislativas. O Pachakutik, partido que se fortaleceu como oposição ao atual governo, cresceu nas eleições locais de fevereiro deste ano, porém desistiu de candidatura própria e de aliança. Entretanto, alguns de seus membros apoiam informalmente Yaku Pérez, que se desvinculou do partido em 2021 para fundar o Movimento Somos Agua, ainda não reconhecido como partido.

Fontes: [CNN Español](#), 14/06/2023; [Deutsche Welle](#), 14/06/2023; [Revista de Manabí](#), 20/06/2023; [El Mercurio](#), 23/06/2023; [Prensa Latina](#), 27/06/2023; [El Salto](#), 28/06/2023.

Quatorze candidatos se registram para as primárias da oposição na Venezuela

No dia 24 de junho se encerrou o período de inscrições de candidaturas para as eleições primárias da oposição na Venezuela. Os principais partidos e organizações que se opõem ao governo de Nicolás Maduro, reunidos na Plataforma Unitaria Democrática, concordaram em organizar eleições prévias, a fim de definir uma única candidatura que enfrentará Maduro nas eleições presidenciais de 2024. Tal iniciativa busca diminuir a fragmentação que caracteriza a oposição venezuelana desde o enfraquecimento de Juan Guidó, ex-autoproclamado presidente. O pleito para escolher o candidato que enfrentará Maduro ocorrerá no dia 22 de outubro de 2023. Quatorze candidatos se registraram, entre eles Henrique Capriles, do Primeiro Justicia, que já foi candidato à presidência em 2012 e 2013; Freddy Superlano, do Voluntad Popular - partido de Juan Guaidó; Carlos Prospero, do Acción Democrática; e Maria Corina Machado, do Vente Venezuela. O

processo eleitoral das primárias da oposição seria acompanhado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável por organizar os pleitos na Venezuela. No entanto, no dia 15 de junho, sete membros do Conselho, ligados ao chavismo, renunciaram. Essa ação deixou o CNE sem quórum para operar. A oposição decidiu, então, continuar com o processo de organização das primárias de forma autogerida, sem o acompanhamento técnico do CNE, e com a utilização do voto manual. Já a Assembleia Nacional de maioria chavista instaurou uma comissão para eleger novos membros para o CNE, que organizará as eleições presidenciais em 2024.

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 05/06/2023; [Efecto Cocuyo](#), 15/06/2023; [Folha de S. Paulo](#), 16/06/2023; [Estadão](#), 16/06/2023; [Efecto Cocuyo](#), 16/06/2023; [Efecto Cocuyo](#), 16/06/2023; [Efecto Cocuyo](#), 26/06/2023.

Presidente da Venezuela reforça cooperação com países asiáticos

O mês de junho de 2023 foi importante para a política externa venezuelana em relação à Ásia. No princípio do mês, mais especificamente no dia 03 de junho, Nicolás Maduro e sua esposa, Cília Flores, marcaram presença na posse do terceiro mandato de Recep Tayyip Erdogan, na Turquia. O comparecimento deu-se com o intuito de corroborar a manutenção de boas relações entre os dois países, e seus mandatários ainda aproveitaram o momento para intensificar a aliança bilateral, por meio da assinatura de mais de 40 acordos em diversas arenas da cooperação. Em seguida, no dia 04 de junho, a turnê pela Ásia teve continuidade por meio da visita do presidente venezuelano a Arábia Saudita. Na ocasião, Nicolás Maduro se reuniu com o rei Salman bin Abdulaziz e com o príncipe herdeiro da coroa saudita, Mohammed bin Salman. O encontro simbolizou o que Maduro classificou como “a amizade que une ambas as nações”, reforçando as alianças política, diplomática e energética com o país parceiro. Em continuidade, no dia 12 de junho, foi a vez da visita do presidente do Irã, Ebrahim Raisi, à Caracas, como parte de sua agenda de viagens pela América Latina. Esta foi a primeira vez que o representante iraniano esteve em solo venezuelano. Neste caso, o encontro teve peso diferente, afinal o Irã se constituiu como um dos aliados basilares do governo de Maduro nos últimos

anos, de forma que o governo venezuelano aproveitou para entregar ao mandatário persa a chamada “Orden libertadores y libertadoras de Venezuela”, importante forma de reconhecimento de pessoas e/ou instituições comprometidas com a Revolução Bolivariana. Além disso, foram assinados 25 acordos abrangendo as áreas petrolífera, petroquímica, extração de gás e mineração, ampliação de voos entre os países, inauguração de parques científicos e tecnológicos e acordos culturais. Segundo Maduro, a meta é ampliar o intercâmbio comercial entre os países de 3 para 10 bilhões de dólares. Por fim, no dia 19 de junho, a Ministra de Estado da Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Reem bint Ibrahim Al Hashimy, esteve na Venezuela como parte de sua viagem pela América Latina e Caribe. O intuito do encontro consistiu em discutir as relações bilaterais e buscar formas para aprimorá-las.

Fontes: [El Nacional](#), 02/06/2023; [Efecto Cocuyo](#), 04/06/2023; [Nuevo Día](#), 12/06/2023; [News Agency-WAM](#), 19/06/2023.

Índia assume nova política externa e reforça parceria com EUA

Em 20 junho, o Primeiro Ministro indiano Narendra Modi visitou os EUA. Durante seu discurso ao Congresso estadunidense, Modi destacou a importância da parceria entre os países, definindo-a como: “uma parceria que define o século”. A visita ao EUA integra uma transformação na forma como a Índia passou a reconstruir sua política externa nos últimos meses, pois imediatamente após essa visita, Modi foi ao Egito rompendo com um hiato de 26 anos de visitas bilaterais de um Primeiro Ministro indiano ao país. O encontro com o presidente egípcio, Abdel-Fattah El-Sisi, em 25 de junho, marcou uma importante reativação das relações com o Egito, considerado um país estratégico na política indiana para se aproximar dos países do Golfo. Outro aspecto que impulsiona essa mudança na política indiana é a maneira como a China vem sendo vista na região. Durante o encontro do chanceler Subrahmanyam Jaishankar com seu homólogo filipino Enrique Manalo, no dia 30 de junho, ambos emitiram uma declaração conjunta sobre a Sentença Arbitral de 2016 no caso das linhas das 9 raias onde a China insiste em não aceitar a

decisão da Corte Permanente de Arbitragem (CPA) a favor das Filipinas sobre a reivindicação de ilhas no Mar do Sul da China, configurando-se como a primeira vez em que a Índia pressionou a China a respeitar o tema. Reforçando a postura mais altiva com parceiros estratégicos em sua região, no dia 30 de junho, Modi fez uma ligação ao presidente russo, Vladimir Putin, e discutiu a cooperação entre ambos na Organização para Cooperação de Xangai (CSO), atualmente presidida pela Índia e cujo próximo encontro de cúpula ocorrerá em 4 de julho.

Fontes: [The Indian Express](#), 20/05/2023; [The Indian Express](#), 23/06/2023; [Al Jazeera](#), 25/06/2023; [The Times of India](#), 30/06/2023; [TASS](#), 30/06/2023.

China aprova legislação que consolida regramento sobre relações exteriores

No dia 28 de junho, o Congresso Nacional do Povo, principal instância legislativa da China, aprovou a Lei de Relações Exteriores, que preenche uma lacuna jurídica sobre o tema no país. Até a aprovação da lei, temas relativos à política externa e assuntos correlatos estavam dispersos em 52 leis com assuntos concernentes às relações internacionais da China e em outras 150 leis com cláusulas relativas ao tema. O projeto foi apresentado em dezembro de 2022 e, com a sua aprovação, entra em vigência no dia 1º de julho de 2023. A lei se estabelece dentro da postura diplomática de longo prazo adotada pelo governo chinês e elabora regramentos para desafios e situações vivenciada pelos diplomatas do país, surgindo como um dos resultados do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, que definiu a necessidade de fortalecer o Estado de Direito e coordenar de forma mais eficiente assuntos domésticos e internacionais. Dentre as medidas definidas pela legislação estão previstos mecanismos de salvaguarda frente à pressões externas, como a imposição de sanções e de controle de exportações e importações, e dando previsibilidade jurídica para as reações e consequentes posicionamentos do Estado chinês. Ao mesmo tempo, o novo marco jurídico estabelece regras de reciprocidade e mecanismos sobre contenciosos envolvendo violações do direito internacional prejudiciais à China. O artigo 4º da lei reitera o respeito e o compromisso do governo chinês com o direito internacional e com a legitimidade da

Organização das Nações Unidas. A lei é uma reação às frequentes e sucessivas decisões unilaterais dos EUA contra o país, onde o governo estadunidense exerce pressão sobre temas domésticos como a segurança de Hong Kong, Xinjiang e Tibet, ou buscam interferir na autodeterminação da política externa chinesa, frente aos posicionamentos do país sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Fontes: [Global Times](#), 28/06/2023; [South China Morning Post](#), 29/06/2023; [CGTN](#), 29/06/2023; [China Daily](#), 30/06/2023.

África do Sul lidera 'missão de paz' com objetivo de pôr fim ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Em junho de 2023, uma delegação composta por representantes de sete países africanos, liderada pelo Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, viajou para encontrar os presidentes da Ucrânia e da Rússia, com o objetivo de promover negociações de paz entre os dois países. Ramaphosa considerou a missão de paz um evento “histórico”, marcando a primeira vez que líderes africanos foram além das fronteiras do continente para promover a paz em um conflito internacional. Além da África do Sul, estavam representados Egito, Senegal, Comores, Zâmbia, República do Congo e Uganda. A delegação apresentou uma proposta de plano de paz aos presidentes Vladimir Putin e Volodymyr Zelenski que incluía, entre seus dez pontos, a continuidade das exportações agrícolas de que o continente africano depende para garantir sua segurança alimentar. A escassez de alimentos e fertilizantes na África tem se tornado um problema crescente em decorrência do conflito. As propostas africanas, no entanto, foram recebidas sem entusiasmo pelas lideranças russas e ucranianas, que mantiveram suas posições de que não iniciariam negociações se certas pré-condições não fossem alcançadas. A viagem da delegação africana também coincidiu com a escalada dos conflitos na região com a ofensiva de verão ucraniana.

Fontes: [BBC](#), 19/06/2023; [Reuters](#), 16/06/2023; [NBC News](#), 17/06/2023.

Putin cede a mercenários e mundo enxerga sinal de fragilidade com precaução

Em junho, mercenários do Grupo Wagner, liderados pelo oligarca Yevgeny Prigozhin, promoveram

um motim contra o Kremlin, até então aliado nas trincheiras da guerra. Iniciada no dia 23 de junho, a revolta teve como estopim um suposto ataque de militares russos à base do grupo paramilitar no leste ucraniano. Somado às recorrentes acusações de que o Ministro da Defesa, Serguei Shoigu, boicotava a atuação dos mercenários há algum tempo, através da falta de suprimentos e armamentos, Prigozhin cobrou providências por parte de Vladimir Putin, a quem inicialmente jurou lealdade. A situação se agravou quando Putin realizou pronunciamento, na manhã do dia 24 de junho, em que disse estar sofrendo uma “facada pelas costas” ao se referir a Prigozhin e declarou confiar plenamente em seus ministros. Prigozhin não tardou em dizer que o presidente russo estaria “completamente equivocado” e que seus seguidores eram “homens patriotas”. A fim de demonstrar força perante o governo central, no mesmo dia 24 Prigozhin liderou a autoproclamada “marcha patriótica” em direção à Moscou. Tomando prédios públicos nas cidades pelas quais passaram, membros do Grupo Wagner chegaram a poucas centenas de quilômetros da capital russa e geraram uma verdadeira convulsão social com as incertezas sentidas pela população local. No intuito de apaziguar os ânimos, Putin promoveu uma saída negociada contando com a ajuda do presidente belarusso Aleksandr Lukashenko. Enquanto membros do Grupo Wagner puderam optar pela incorporação às forças armadas russas, seu líder foi enviado para Belarus sem que maiores punições fossem implementadas. Diante dessa potencial instabilidade, o presidente polonês, Andrzej Duda, demonstrou sua preocupação quanto à fronteira compartilhada entre seu país e Belarus. Já os membros da OTAN e, até mesmo, a China evitaram tomar posicionamentos mais firmes em relação às concessões feitas por Putin, adotando o discurso de que seria uma questão interna ao país.

Fontes: [TASS](#), 23/06/2023; [The Moscow Times](#), 24/06/2023; [TASS](#), 24/06/2023; [TASS](#), 24/06/2023; [TASS](#), 28/06/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

